



## ESTATUTO SOCIAL DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL IRMÃ GENI

### CAPÍTULO I

#### DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

**Art. 1º** - A **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL IRMÃ GENI**, denominado **OSC IRMÃ GENI** - fundado em 23 de outubro de 2021, CNPJ 44.437.029/0001-00, é uma Instituição civil com regime jurídico de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter assistencial, educacional, cultural, social, ambiental e de apoio ao desenvolvimento às diversas manifestações da cidadania; com autonomia administrativa e financeira, regendo-se pelo presente estatuto e pela legislação que lhe for aplicável, em especial a LEI Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014 e LEI Nº 13.204, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2015.

**Art. 2º** - A Sede Administrativa provisória da **OSC IRMÃ GENI**, na Rua Plácido de Oliveira Lima, 772, Bairro Imaculada, CEP 58111-070, município de Bayeux, Estado da Paraíba, podendo abrir, manter e extinguir escritórios de representação e afiliadas em todo território nacional.

**Parágrafo 1º** - A **OSC IRMÃ GENI** atuará em âmbito ESTADUAL, mas não se limitando, podendo atuar em todo território nacional brasileiro, ou em parceria com entidades estrangeiras que atuem nas mesmas diretrizes da **OSC IRMÃ GENI**.

**Parágrafo 2º** - Este Estatuto poderá sofrer modificações e alterações com finalidade de adequações e/ou atualizações que visem atender suas finalidades.

**Parágrafo 3º** - O **OSC IRMÃ GENI** terá um Regimento Interno, cuja aprovação se dará por meio de Assembleia Geral, a qual disciplinará seu funcionamento.

**Art. 3º** - A **OSC IRMA GENI** tem objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, sendo elas:

- I. Reunir pessoas em situação de vulnerabilidade social e a comunidade em geral, atuando na implementação de medidas que visem obter melhoria em sua condição de vida, mediante atuação junto à comunidade, família, entidades e aos poderes públicos, para ampliação da assistência, capacitação profissional, integração social e inclusão cidadã;
- II. Promover a integração ao mercado de trabalho, bem como a qualificação profissional de pessoas em situação de vulnerabilidade social;
- III. Desenvolver políticas públicas de Inclusão;
- IV. Promover ações de conscientização de gestores públicos e privados sobre a importância da empregabilidade e garantir o cumprimento da legislação protetora;
- V. Promover a formação e qualificação profissional da comunidade em geral, com atenção especial a grupos vulneráveis por meio de capacitação, oficinas, palestras, cursos livres e profissionalizantes;
- VI. Proporcionar à comunidade em geral especialmente a grupos em situação de vulnerabilidade, atendimento de qualidade nas áreas de assistência social, jurídica, pedagógica, saúde, reabilitação, apoio psicossocial e promoção de cidadania;
- VII. Promover e incentivar a prática de atividades esportivas, culturais educativas e oficinas convivência, visando a inclusão social e o fortalecimento da cidadania;
- VIII. Promover a obtenção de recursos, através das fontes geradoras previstas neste







Estatuto para o desenvolvimento e manutenção de suas finalidades;

IX. Encaminhar aos poderes competentes sugestões e propostas de leis sobre matérias de interesse da comunidade em geral e dos grupos em situação de vulnerabilidade, além de velar pelo cumprimento das leis existentes de interesse social, comunicando às autoridades competentes eventual descumprimento destas leis;

X. Procurar estender assistência aos associados residentes no interior do Estado, por meio do incentivo à organização e criação de núcleos municipais ou regionais;

XI. Promover atividades na área ambiental, desenvolvimento econômico, social, educacional; Esportivo, cultural, de saúde, de prevenção e de assistência aos dependentes de drogas;

XII. Apoiar os empreendedores e empresários direta ou indiretamente relacionados com o desenvolvimento de atividades na áreas ambiental, social, econômica, cultural, educacional e de saúde;

XIII. Estimular o planejamento, a gestão, o uso de técnicas de mínimo impacto, o monitoramento e a educação ambiental, prestando auxílio aos associados, órgãos públicos e entidades civis;

XIV. Organizar eventos, treinamentos, cursos, capacitação e atualização profissional, criando uma base de informações que estimule a realização de estudos e pesquisas sobre o meio ambiente urbano e rural, permitindo o estabelecimento de intercâmbio com entidades congêneres do país e do exterior;

XV. Fomentar, apoiar e viabilizar projetos de agricultura sustentável, assegurando a adoção de práticas ecologicamente responsáveis, economicamente viáveis e socialmente justas.

XVI. Desenvolver projetos e programas de recomposição de áreas degradadas e licenciamento ambiental;

XVII. Planejar a gestão integrada e disposição final adequada dos resíduos sólidos industrial, hospitalar e domiciliar;

XVIII. Desenvolver estudos e pesquisa em passivo e ativo ambiental;

XIX. Promover projetos de agricultura e pesca, organizando e capacitando as comunidades e associações, formalizando Termo de Parceria e Cooperação com instituições ligadas à área da pesca, quer seja de direito público ou de direito privado,

XX. Desenvolver estudos, projetos, pesquisa e executar a respectiva prestação dos serviços específicos para questões de desenvolvimento econômico, social, educacional, esportivo, cultural, de saúde, de prevenção e de assistência aos dependentes de drogas;

XXI. Desenvolver novos modelos econômicos de sustentabilidade dentro das restrições ambientais;

XXII. Captar recursos materiais e financeiros junto aos organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, para a implementação de ações e projetos que visem o desenvolvimento sustentável em todas as suas esferas e a todas as finalidades previstas neste estatuto;

XXIII. Cooperar com o poder público na elaboração, revisão e atualização de políticas públicas e marcos regulatórios de caráter turístico e ambiental, contribuindo para seu aprimoramento e exercendo o papel de interlocutor qualificado entre órgãos reguladores, organizações do terceiro setor e a iniciativa privada;

XXIV. Promover a cultura, o esporte e prevenção ao uso de drogas e assistência social a toda comunidade defendendo a conservação do patrimônio histórico, paisagístico e turístico,

XXV. Executar ações, no campo social, que objetivam o desenvolvimento da consciência ambiental, educacional e de saúde;

XXVI. Desenvolver estudos, projetos e pesquisas no âmbito do Tropic Semiárido.

XXVII. Prestar serviços de consultoria e assessoria especializada nos campos do eco desenvolvimento e da gestão ambiental, urbana e rural e das finalidades contempladas







neste Estatuto;

XXVIII. Elaborar Estudo de impacto Ambiental(EIA) Relatórios de Impacto Ambiental(RIMA), Relatório de Controle Ambiental (RCA) e Planos de Controle Ambiental(PCA), Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), Auditoria Ambiental e Certificação Ambiental para atender as exigências dos órgãos ambientais;

XXIX. Cooperar com os órgãos e setores de Universidades e instituições públicas e privadas, com os poderes constituídos, sempre que solicitada;

XXX. Realizar estudos, prospecções, projetos, programações, pesquisas, ensaios, trabalho e assistência técnica de produção, de divulgação quer por iniciativa própria, quer solicitada ou contratada por órgãos públicos, empresas privadas e de economia mista e outras instituições;

XXXI. Promover complementação e aperfeiçoamento da formação acadêmica dos alunos em todos os níveis de entidade de ensino públicas e/ou privadas;

XXXII. Tomar empréstimo junto a organizações bancárias públicas e privadas, de acordo com esse Estatuto;

XXXIII. Designar quando aplicável técnico responsável e devidamente credenciados nos órgãos afins de suas categorias, como responsável pelos serviços especializados em projetos ou em ordem de serviço.

**Art. 4º** No desenvolvimento de suas atividades, a **OSC IRMA GENI** observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião.

**Parágrafo Único** Para cumprir seu propósito a **OSC IRMA GENI** atuará por meio da execução direta de projetos, programas ou planos de ações, da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou prestação de serviços.

**Art. 5º** A **OSC IRMA GENI** poderá ter um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

**Art. 6º** A fim de cumprir suas finalidades, a **OSC IRMA GENI** se organizará em tantas unidades de prestação de serviços, quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias.

## CAPITULO II DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS E GERADORAS DE RECURSOS

**Art. 7º** A **OSC IRMA GENI** com a finalidade de custear os objetivos sociais poderá manter as seguintes atividades produtivas e geradores de recursos:

I. Desenvolvimento, manutenção, locação e comercialização de equipamentos, materiais e serviços destinados à promoção social, educacional, cultural, ambiental e de saúde;

II. Prestação remunerada de serviços, intermediação e locação de mão de obra a empresas públicas, privadas e pessoas físicas, nos moldes da legislação em vigor e visando contribuir para a inclusão e inserção da comunidade em geral ao mercado de trabalho.

III. Atividades na área da saúde de habilitação e reabilitação;

IV. Desenvolvimento de atividades de produção e/ou comercialização de mercadorias, bens e serviços, conforme legislação vigente.

V. Celebração de Termos de Parcerias com os entes públicos e privados em todas as esferas, cujo objeto esteja voltado ao desenvolvimento social, educacional, cultural, ambiental e de cidadania;







VI. Consultorias, assessoria, treinamento e desenvolvimento às empresas visando a integração da comunidade em geral, com atenção especial a grupos em situação de vulnerabilidade, ao mercado de trabalho.

VII. Locação de imóveis e espaços.

### CAPÍTULO III DOS ASSOCIADOS



**Art. 8º** A **OSC IRMÃ GENI** é constituído por número ilimitado de sócios, distribuídos nas seguintes categorias:

I. Fundadores: Pessoa física que participaram da ata de fundação da associação.

II. Efetivos: Pessoa física que paga contribuição mensal, regularmente cadastrada

III. Comunitários: Pessoa física que devidamente cadastrados participam das atividades assistenciais, sociais, educativas ou culturais da associação.

IV. Institucionais: Instituição pública ou privada que colaborou patrimonialmente com a **OSC IRMÃ GENI** ficando isentos do pagamento de mensalidade e sem direito a voto.

V. Beneméritos: Pessoa física que, por relevantes serviços prestados ao meio ambiente artístico, histórico, paisagístico e cultural na consecução dos objetivos e finalidades da **OSC IRMÃ GENI**, merece honrosamente fazer parte do quadro de associados, sendo indicados pela Assembleia Geral.

**Art. 9º** A inclusão de novos associados será realizada por meio de votação em Assembleia Geral.

**Art. 10º** Ao candidatar-se como membro do quadro de associados da **OSC IRMÃ GENI**, o novo associado concorda, desde já, com as normas da instituição, assim como declara estar disposto a trabalhar em conformidade com seus objetivos e defender os interesses da instituição.

**Art. 11º** O associado que deixar de cumprir suas obrigações estatutárias, regimentais e éticas ou praticar atos incompatíveis com a natureza e objetivos da **OSC IRMÃ GENI** poderá ser excluído pela Assembleia Geral, sendo assegurada sua ampla defesa.

**Parágrafo Único** Da mesma forma a exclusão ocorrerá por morte do associado, por incapacidade civil não suprida ou ainda por dissolução da Instituição.

**Art. 12º** O processo de exclusão será disposto no Regimento Interno, e, na sua falta, por procedimento aprovado pela Assembleia Geral.

**Art. 13º** Qualquer associado poderá renunciar à sua condição social por meio de pedido escrito de renúncia enviado ao Conselho Administrativo. A renúncia será considerada efetivada a partir da data do recebimento do pedido.

**Parágrafo Primeiro** Em havendo instrumento/termo firmado entre o associado e o Instituto estabelecendo expressamente obrigações/metast a ser cumprida, a renúncia deverá ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

**Parágrafo Segundo** Os deveres do associado perduram para todos os excluídos até que sejam aprovadas, pela Assembleia Geral, as contas do exercício em que se deu a exclusão.







**Art. 14º** São direitos dos associados em dia com suas obrigações sociais:

- I. Votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II. Tomar parte nas Assembleias Gerais;
- III. Discutir e votar sobre assuntos referentes às finalidades da entidade;
- IV. Propor as medidas que julgar necessárias aos interesses da comunidade;
- V. Reclamar perante o Conselho Administrativo, medidas que visem corrigir infrações no Estatuto, com recursos à Assembleia Geral;
- VI. Convocar extraordinariamente Assembleia Geral, mediante assinatura de, no mínimo, 2/3 dos associados em pleno gozo de seus direitos.
- VII. Representar a Assembleia Geral contra faltas praticadas pelo Conselho Administrativo.

**Art. 15º** São deveres dos associados:

- I. Cumprir as disposições estatutárias, regimentais, ordens e deliberações que emanarem do Conselho Administrativo e da Assembleia Geral;
- II. Aceitar e desempenhar, com zelo e dedicação as funções dos cargos para os quais foram eleitos ou nomeados;
- III. Satisfazer todos os compromissos assumidos para a entidade;
- IV. Promover ou contribuir para a união, harmonia e solidariedade entre os associados;
- V. Comparecer às reuniões da Assembleia Geral;
- VI. Trabalhar em prol dos objetivos da **OSC IRMÃ GENI**, cumprir o estatuto, regulamentos, regimento interno e circulares do Conselho Administrativo, zelando pelo seu nome, a salvaguarda do seu patrimônio, respeitando a moral e a ética.
- VII. Defender integralmente o pleno exercício da cidadania, o direito de todos ao meio ambiente sadio e equilibrado, o respeito a todas as formas de vida, o respeito à liberdade de opinião e à diversidade sociocultural, a solidariedade, o diálogo entre os povos, a paz e os direitos humanos.
- VIII. Participar das atividades de assistência social, cultural, esportiva, educacional, de saúde, de prevenção, e de assistência aos dependentes de drogas e meio ambiente, estreitando os laços de solidariedade e fraternidade entre todas as pessoas e nações;
- IX. Cumprir todas as determinações emanadas das Assembleias, devidamente transcritas em ata.

**Art. 16º** Os associados não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da Organização.

### **CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 17º** A **OSC IRMÃ GENI** será administrado por:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho Administrativo
- III. Conselho Fiscal.

### **SEÇÃO I ASSEMBLEIA GERAL**

**Art. 18º** A Assembleia Geral, órgão soberano da Instituição, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

**Art. 19º** Compete à Assembleia Geral:

- I. Eleger e destituir membros do Conselho Administrativo e do Conselho Fiscal;







- II. Aprovar a admissão e exclusão dos associados da entidade;
- III. Decidir sobre reformas do Estatuto;
- IV. Decidir sobre a extinção da Instituição;
- V. Decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VI. Aprovar as contas apresentadas pelo Conselho Administrativo e/ou Conselho Fiscal;
- VII. Resolver os casos omissos neste Estatuto;
- VIII. Resolver as questões suscitadas pelos associados e os assuntos em pauta;
- IX. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.

**Parágrafo Único** As decisões da Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples, sendo necessário o quórum mínimo de 2/3 dos associados nos casos referentes aos incisos I, II, III e IV.

**Art. 20º** A ata da Assembleia Geral será lavrada pelo Secretário nomeado exclusivamente para o ato e assinada por todos os presentes.

**Art. 21º** A Assembleia Geral se realizará, ordinariamente, 1 (uma) vez por ano e extraordinariamente sempre que necessário.

**Art. 22º** A Assembleia Geral se reunirá, extraordinariamente, por convocação do Diretor-Presidente, pela maioria do Conselho Administrativo, pela maioria do Conselho Fiscal ou por 1/5 (um quinto) dos associados.

**Art. 23º** As convocações para as Assembleias Gerais serão feitas por convite pessoal encaminhado por correspondência eletrônica ou outro meio conveniente desde que garantida sua eficácia, contendo necessariamente data, horário, local e pauta dos assuntos a serem deliberados, com antecedência mínima de 08(oito) dias.

**Art. 24º** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente ou, em sua ausência, por um dos Diretores presentes.

**Art. 25º** A Assembleia Geral deliberará, em qualquer hipótese, em primeira chamada, com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos associados e em segunda chamada, 30 minutos depois, com qualquer número de presentes.

## SEÇÃO II CONSELHO ADMINISTRATIVO

**Art. 26º** O Conselho Administrativo da OSC IRMÃ GENI é o órgão administrativo constituído por:

- I. Diretor Presidente;
- II. Diretor Administrativo;
- III. Diretor Financeiro.

**Art. 27º** Os componentes do Conselho Administrativo serão eleitos conforme estatuto para mandato de 04(quatro) anos, permitida a reeleição sem limite de mandatos.

**Parágrafo Único** O Conselho Administrativo exerce o seu mandato até a posse da nova Diretoria, mesmo que vencido o seu prazo, não podendo este ultrapassar 90 (noventa) dias.







**Art. 28º** Compete ao Conselho Administrativo:

- I. Elaborar e submeter à Assembleia Geral a proposta de programação anual da Instituição;
- II. Executar a programação anual de atividades da Instituição;
- III. Elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- IV. Reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V. Contratar e demitir funcionários;
- VI. Emitir e Regularmentar normas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;
- VII. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e deliberações da Assembleia Geral; Aplicar aos associados, as penalidades previstas no Estatuto;
- VIII. Encaminhar anualmente, para aprovação da Assembleia, as contas referentes ao exercício findo, devidamente acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal, apresentado relatórios dos fatos ocorridos durante sua gestão;
- IX. Apresentar ao Conselho Fiscal todos os livros e documentos que forem requisitados para exame;
- X. Promover as medidas necessárias ao bom funcionamento da entidade e a melhoria das condições dos seus membros;
- XI. Responder individualmente pelos atos praticados;
- XII. Administrar as instalações e o patrimônio, zelando pela sua manutenção.

**Art. 29º** Compete ao Diretor-Presidente:

- I. Representar a organização judicialmente e extrajudicialmente, constituindo quando necessário, advogados, procuradores ou representantes;
- II. Cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III. Presidir a Assembleia Geral;
- IV. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Administrativo;
- V. Convocar Assembleias Gerais;
- VI. Autorizar pagamento juntamente com outro diretor de todas as despesas da entidade;
- VII. Apresentar a Assembleia Geral Ordinária o relatório anual sobre as atividades da entidade acompanhadas do balanço, previamente pelo aprovado pelo Conselho Fiscal;
- VIII. Assinar junto a outro Diretor todo documento que implique em pagamento ou criação de obrigação;
- IX. Delegar aos demais diretores a aprovação e assinatura dos documentos, pagamentos e declarações;
- X. Adotar outras providências necessárias à gestão desde que compatíveis com o cargo.

**Art. 30º** Compete ao Diretor Administrativo:

- I. Realizar a gestão das atividades diárias da instituição;
- II. Cumprir e fazer cumprir os contratos firmados;
- III. Coordenar os projetos executados;
- IV. Assinar documentos juntamente com Diretor Presidente;
- V. Substituir o Diretor Presidente em todas as competências e atribuições em caso de impedimento;
- VI. Substituir o Diretor Financeiro em todas as competências e atribuições em caso de ausência ou impedimento.

**Art. 31º** Compete ao Diretor Financeiro:

- I. Assinar juntamente com o presidente os recebimentos e pagamentos;







- II. Gerir as atividades financeiras e logísticas da instituição assim como arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos, e demais formas de receita, mantendo em dia a escrituração da Instituição;
- III. Elaborar o Balanço Anual e Planejamento Orçamentário;
- Fornecer aos demais diretores as informações e relatórios necessários ao cumprimento de suas atividades;
- IV. Apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- V. Assinar junto ao Diretor Presidente todo documento que implique em pagamento ou criação de obrigação;
- VI. Substituir o Diretor Administrativo em todas as competências e atribuições em caso de ausência ou impedimento.

**Art. 32º Remuneração dos Dirigentes:**

A Organização poderá remunerar os dirigentes que atuem efetivamente na Gestão Executiva, incluindo o Diretor Presidente, desde que observado o disposto no Código Civil (Lei nº 10.406/2002), na Lei nº 9.790/1999 e na Lei nº 13.019/2014, atendendo aos seguintes requisitos:

- I- A remuneração deverá ser previamente aprovada pela Assembleia Geral, constando expressamente da previsão orçamentária anual;
- II- O valor da remuneração deverá ser compatível com os valores de mercado da região e com a complexidade das funções desempenhadas;
- III- É vedada a distribuição de lucros, bonificações, dividendos ou qualquer parcela do patrimônio entre os associados, dirigentes ou mantenedores, seja de forma direta ou indireta.

**SEÇÃO III  
CONSELHO FISCAL**

**Art. 33º** O Conselho Fiscal será constituído por 3 (três) membros eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Único** O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato do Conselho Administrativo;

**Art. 34º** Poderá ocorrer à substituição dos membros do Conselho Fiscal, por iniciativa do conselheiro ou por determinação do Conselho Administrativo, nos casos de descumprimentos das obrigações estatutárias.

**Art. 35º Compete ao Conselho Fiscal:**

- I. Examinar os livros de escrituração da Instituição;
- II. Opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade;
- III. Requisitar à diretoria, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Instituição;
- IV. Contratar e acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V. Convocar extraordinariamente a Assembleia Geral;







**Parágrafo Único** Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 6 (seis) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

#### **CAPÍTULO IV DO PATRIMÔNIO**



**Art. 36º** O patrimônio da **OSC IRMÃ GENI** será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações, títulos da dívida pública, das contribuições espontâneas, dos saldos eventuais verificados em balanço e patrocínios ou recursos eventualmente fornecidos por pessoas físicas ou jurídicas, adquiridos por meio de compra, doação, legado, contribuições, donativos, auxílio, subvenção ou superávit.

**Art. 37º** Os recursos financeiros necessários à manutenção da instituição poderão ser obtidos por:

- I. Termos de Fomento, Colaboração, Contratos, entre outros firmados com o Poder Público e iniciativa privada pra financiamento de projetos e atividades na sua área de atuação;
- II. Contratos e acordos firmados com empresas e agências nacionais e internacionais;
- III. Doações, legados e heranças;
- IV. Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros, pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;
- V. Contribuição dos associados;
- VI. Outras formas lícitas de auferir de renda.

**Parágrafo Único** O patrimônio pode ser aumentado por todos os títulos legítimos de aquisição e posse.

**Art. 38º** No caso de dissolução da **OSC IRMÃ GENI**, o respectivo patrimônio líquido será transferido à outra pessoa jurídica, de igual natureza preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social, conforme Lei 13.019/2014 e demais leis vigentes.

**Art. 39º** A **OSC IRMÃ GENI** não distribui entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente em território nacional e na consecução do seu objetivo social.

**Art. 40º** A **OSC IRMÃ GENI** manterá a escrituração de suas receitas, despesas, desembolsos, em livros revestidos de todas as formalidades legais vigentes no país, assim como os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, que assegurem a sua exatidão e de acordo com as exigências específicas do direito.

#### **CAPÍTULO V DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**Art. 41º** A prestação de contas da Instituição observará no mínimo:

- I. Os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. A publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer







cidadão;

III. A realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos, conforme previsto;

IV. A prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

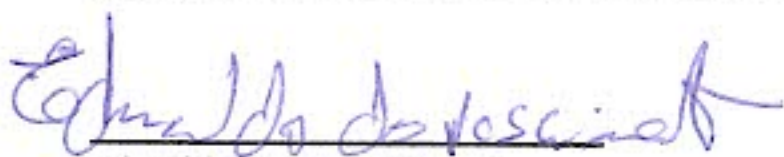


## CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

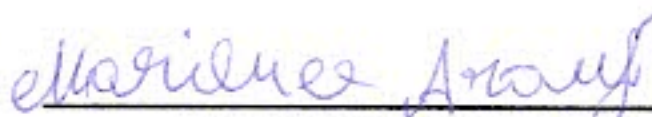
**Art. 42º** As disposições do presente Estatuto poderão ser contempladas por meio de regimento interno, regulamento, resoluções e instruções elaboradas pelo Conselho Administrativo.

**Art. 43º** Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Administrativo e referendados pela Assembleia Geral.

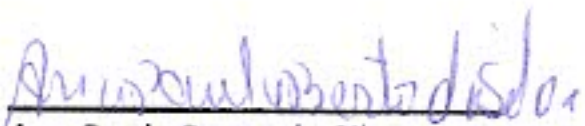
Estatuto aprovado em Assembleia Geral no dia 29 de agosto de 2025.



Edinaldo do Nascimento  
Diretor-Presidente



Mariluce Araújo dos Santos  
Diretora Administrativa



Ana Paula Berto da Silva  
Diretora Financeira



Adjailson Fernandes Coutinho  
Advogado  
OAB/PB 6548

O primeiro registro deste estatuto está registrada no Livro A-0027, sob o número de ordem 018328 e folha 225, em 11 de novembro de 2021. (No Cartório Santiago Pereira, Bayeux-PB).



**CARTÓRIO PORTO**  
Tabelião  
JOSE MARIO PORTO NETO  
CNS. 07.200-3

An. Liberdade 3425 - Bayeux  
Pessoa - CEP 63.400-00  
Fone: (83) 3232-1000

**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURIDICA**  
-REGISTRO-

Documento protocolado sob nº 019445 e registrado no Livro A 0027 sob nº 019445 e folha 118 e arquivado neste Serviço. Certifico e dou fé Bayeux - PB. 11/10/2025 15:28:21

**SELO DIGITAL: ARK24930-EF34**

Confira a autenticidade em <https://ar1.digital.tjpb.jus.br>

EMOL: R\$ 337,30 CARPEN: R\$ 19,00 FEE: R\$ 67,45  
ISS: R\$ 16,87

JOSE MARIO PORTO NETO - TABELIÃO DE REGISTRO

